



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1 – SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA	39
1.1 Conteúdo da Sentença que Decreta a Falência	39
1.2 Período Suspeito e Termo Legal	47
CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO DO DEVEDOR	75
2.1 O Patrimônio do Devedor e a Garantia dos Credores	75
2.2 Fraude Contra Credores	80
CAPÍTULO 3 – INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO	89
3.1 Ato Nulo	90
3.2 Ato Anulável	91
3.3 Ato Inexistente	92
3.4 Ato Ineficaz	93
CAPÍTULO 4 – REVOCATÓRIA FALIMENTAR	97
4.1 Revocatória no Direito Italiano	103
4.2 Revocatória no Direito Francês	108
4.3 Revocatória no Direito Brasileiro	110
4.4 Atos do Falido Após a Falência ou Seqüestro	118
4.5 A Ineficácia do art. 129 da Lei 11.101/05	121
4.6 A Presunção Muciana Referida por Nelson Abrão	137
4.7 O <i>Eventus Damni</i> e o <i>Consilium Fraudis</i> do art. 130	145
4.8 Análise do art. 131	150
4.9 Questões Processuais – Provas e Tutela Antecipatória	156
4.10 Medida Cautelar de Seqüestro	189
4.11 Efeitos da Sentença que Julga Procedente o Pedido	196
4.12 O art. 138 e a Coisa Julgada	204
4.13 A Ineficácia do Ato e a Defesa da Massa Falida em Juízo (art. 129, parágrafo único)	208
CAPÍTULO 5 – A LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E A FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA	213
5.1 O Regime Falimentar Anterior	213

5.2 A Legislação de Outros Países	226
5.3 Novos Rumos da Lei de Falência e Recuperação de Empresa e Empresário.....	236
CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DA LEI FALIMENTAR DE 2005.....	275
6.1 Preservação da Empresa	275
6.2 Proporcionalidade.....	276
6.3 Continuidade do Negócio	278
6.4 Reorganização da Empresa.....	280
6.5 Proteção aos Trabalhadores	280
6.6 Retirada do Mercado de Empresas Irrecuperáveis.....	282
6.7 Interesse Público.....	283
6.8 Maior Rigor nos Crimes Falimentares.....	284
6.9 Saída Negociada	284
6.10 Maximização do Valor dos Ativos da Massa Falida.....	285
6.11 Prevalência dos Interesses da empresa e não de seus Componentes.....	286
6.12 Redução do Custo do Crédito.....	286
6.13 Superação da Concepção Liquidatário-Solutória	291
6.14 Renovação da Empresa	292
6.15 Segurança Jurídica.....	294
6.16 Desburocratização da Recuperação de Microempresas e empresas de pequeno porte.....	295
6.17 Celeridade e Eficiência dos Atos Processuais	296
6.18 Devido Processo Legal	298
6.19 Contraditório (ou Bilateralidade de Audiência).....	299
6.20 Duplo Grau de Jurisdição	299
6.21 Boa-fé e Lealdade Processual.....	300
6.22 Inquisitivo e Dispositivo.....	300
6.23 Economia Processual.....	304
6.24 Eventualidade ou Preclusão.....	305
6.25 Publicidade.....	307
CONSIDERAÇÕES FINAIS	309
COMPARATIVO ENTRE O DEC.-LEI 7.661/45 E A NOVA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DA EMPRESA.....	317
JURISPRUDÊNCIA SOBRE OS ARTIGOS DO DEC.-LEI 7.661/45, QUE TRATAM DA MATÉRIA.....	323
REFERÊNCIAS.....	337
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	341